

1. Introdução

Este trabalho tem como problema de pesquisa identificar e caracterizar quais são os programas de permanência nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul no período de 2003 a 2010. A pesquisa desenvolve-se no âmbito dos estudos do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEs)¹, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Boco (UCDB).

A participação nesse Grupo de Pesquisa, desde 2007, contribuiu para a nossa formação e para o conhecimento do tema da pesquisa em políticas de educação superior, proporcionando maior clareza em relação a como realizar pesquisas nessa área e como proceder cientificamente, do ponto de vista teórico e metodológico.

2. Situando o Problema da Pesquisa

Entre os anos de 2007-2009, fomos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Nesse período foram desenvolvidos dois Planos de Trabalho de Iniciação Científica: O primeiro foi: “Ensino Noturno: Acesso e Democratização do Ensino Superior”, que por sua vez teve o mesmo nome do Projeto de Pesquisa da qual estava inserido, intitulado: “Ensino Noturno: acesso e democratização da educação superior”. O segundo Plano de Trabalho desenvolvido denominava-se: “Programas de Permanência do Estudante do Ensino Noturno”, também vinculado ao Projeto acima.

¹ O GEPPEs funciona desde 1999, e desde sua origem, centraliza seus estudos no campo da educação superior; possui significativa produção científica publicada e/ou apresentada pelos pesquisadores em eventos científicos nacionais e internacionais. Para mais informações acessar o site do Grupo: www.geppes.ucdb.br.

Observamos, nos resultados dessas pesquisas, a importância dos programas de permanência para estudantes que ingressam na educação superior e o que significa estudar no período noturno. Os programas assistenciais de apoio ao acadêmico, da UCDB, uma instituição de caráter privado-comunitário, têm por objetivo contribuir para que o estudante tenha condições de permanência e conclusão do ensino superior; nesse aspecto o ensino noturno, ao longo dos últimos anos, transformou-se em estratégia de inclusão social, pois nele o estudante busca sua formação profissional, enquanto o trabalho remunerado durante o dia, oferece-lhe subsídios financeiros para viabilizar os estudos.

Os dois Planos de Trabalho desenvolvidos no âmbito do PIBIC contribuíram, também, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Benefícios Sociais de uma Universidade Comunitária para a Permanência do Estudante Trabalhador do Ensino Noturno”, que teve como objeto de análise os benefícios sociais de uma universidade comunitária para a permanência do estudante do ensino noturno. Com a realização dessas pesquisas, foi possível verificar que a realidade de muitos estudantes de instituições privadas, é a de trabalhar para poder estudar; todos buscam por meio da educação superior, o reconhecimento social, a formação profissional e a obtenção de um diploma de nível superior. Para poder arcar com os custos dessa formação, numa IES privada, precisam ter acesso a uma bolsa de estudos que lhes proporciona atingir seus objetivos.

Tendo como base esses dados de pesquisas anteriores e aquelas realizadas por outros integrantes do GEPPES, juntamente com as leituras desenvolvidas ao longo desse período, bem como os estudos realizados no Mestrado em Educação é que demos continuidade à pesquisa.

Existem significativas produções e pesquisas científicas sobre o acesso e a permanência dos estudantes nas IES privadas²; no que diz respeito aos programas de permanência em IES públicas, percebemos a falta de pesquisas referente aos programas implantados, especialmente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nas IES privadas, o tema mais encontrado no levantamento do “estado da arte” refere-se ao

² Para chegar a esta conclusão foi realizado o chamado “estado da arte” para compor o Projeto da Dissertação, porém, não é possível apresentar a discussão no corpo deste pôster devido a limitação de caracteres; por esse motivo, apenas duas dessas produções serão destacadas.

Programa Universidade para Todos (ProUni), como parte da meta da Reforma Universitária em 2004, oferecendo bolsas de estudos parciais ou integrais em instituições privadas de educação superior.³

Com base no problema delimitado na pesquisa, realizamos o levantamento das produções do PPGE-UCDB, nos artigos da Revista Série Estudos da UCDB, no site do GEPPES, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no GT11 da Anped.

Entre os trabalhos encontrados destacamos o de Éder da Silva Dantas e Luiz de Sousa Junior com o tema **Na Contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior**, apresentado na 32ª Reunião Anual da ANPEd, em 2009. Os autores apresentam a característica do governo Lula, destacando os seus principais projetos e apontando as críticas e controvérsias que o governo sofreu ao implantar os programas, entre eles o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi instituído pelo Decreto de nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior nas universidades federais.

Outro trabalho que também teve vinculação direta com o nosso objeto de pesquisa foi **Políticas de Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006)**, de Maria Cleide L. P. Cavalcante, encontrado no site do PPGE/UCDB, defendido em 2008. A autora teve como objeto de pesquisa o estudo das políticas de educação superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores de cursos noturnos, no período de 1996-2006 e obteve como conclusão que:

As políticas neoliberais continuam reforçando a seletividade e as formas de ingresso dificultando o acesso à educação superior. Conclui-se também que no país, como no estado de MS, dos que conseguem o acesso, apenas 12% permanecem e concluem sua formação. (CAVALCANTE, 2008, p.7)

³ Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3630.> Acesso em: 05 abr. 2011.

Esse trabalho tem vinculação com nosso tema de estudo, pois a autora discute sobre políticas de educação superior e a relação com o acesso e a permanência do estudante, evidenciando que essas categorias nunca estiveram tão presentes nas agendas governamentais como atualmente; a autora focalizou também o estudante trabalhador do ensino noturno. Essas pesquisas subsidiarão nossos estudos, pois apresentam dados importantes sobre a mesma realidade constituindo-se no estágio inicial da pesquisa, pois

O ponto de partida do trabalho inicia com a coleta e levantamento do que já foi escrito, todos nós partimos de algum conhecimento, e este levantamento é concretizado mediante as produções realizadas sobre o assunto, utilizando as diversas contribuições dos autores que já pesquisaram a respeito. (RODRÍGUEZ, 2004, p. 6).

Para investigar os programas de acesso e permanência nas universidades públicas, definimos como objetivos específicos: a) Identificar as características dos programas de permanência oferecidos pelas Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul, sendo uma federal e outra estadual, são elas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS); b) Verificar os critérios de elegibilidade para concorrer aos programas, no sentido de saber quais são os alunos que podem ser beneficiados e, c) Examinar em que medida esses programas possibilitam a permanência e a conclusão dos estudantes na universidade em especial de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos das IES públicas de Mato Grosso do Sul.

Em relação à categoria estudante-trabalhador, o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴ (2000) menciona a necessidade de expansão de vagas na educação superior, com ênfase no setor público:

Deve-se assegurar (...), portanto, que o setor público, neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total [...]

⁴ O PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2011.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais, possuem espaço para esse fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que **assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno** (BRASIL, 2001, grifos nossos, p.97).

Nota-se que o Plano Nacional de Educação aparece explicitamente na expressão “aluno-trabalhador”, com a preocupação de que a educação a ele oferecida tenha a mesma qualidade daquela ministrada aos estudantes do turno diurno, reforçando, portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008, p.29).

O ensino noturno é a solução encontrada por aqueles que precisam trabalhar e, ao mesmo tempo estudar. O anteprojeto de reforma universitária (2006) evidencia o ensino noturno, estabelecendo a vinculação de recursos das universidades para assistência estudantil, o documento propõe que um terço das vagas dos cursos de graduação das instituições públicas seja oferecido no turno noturno.

Em meio a essas informações é que questionamos o papel da educação e principalmente o do governo federal em relação aos programas de permanência oferecidos aos alunos desprovidos de condições para cursar em uma IES pública, levando em consideração as dificuldades encontradas pelos estudantes, como forma de se manter, condução, conciliação do horário de trabalho e estudo, entre outros, uma vez que a maioria dos cursos é oferecida no período diurno e muitos desses alunos para se manter devem trabalhar no período diurno e estudar no noturno.

A pesquisa está sendo desenvolvida por meio da abordagem qualitativa, que trata da compreensão de um fenômeno, objetivando explicar sua origem, relações e mudanças, sendo necessário, em alguns momentos, dados de caráter quantitativo em termos de complementação das informações, como afirmou Minayo: “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos (...) não se opõem. Ao contrário, complementam-se pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, p. 21, 1994).

3. Referências

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de; VELOSO, Teresa Christina M. Aguiar. Ensino noturno nas políticas de educação superior: estratégia de acesso para o estudante trabalhador. In: CHAVES, Vera Lucia Jacob; SILVA JR, João dos Reis (Orgs.). **Educação Superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: EDUFPA, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior. Brasília, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 2001

CAVALCANTE, Maria Ceide L. P. **Políticas de educação superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos**. Campo Grande, 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994

RODRÍGUEZ. Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardador de inutensílios**. UCDB: Campo Grande, v. 7, p. 17-30, 2004.